



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA
GABINETE DA MINISTRA

OFÍCIO Nº 3404/2025/MMA

Brasília, na data da assinatura digital.

Ao Primeiro-Secretário da Mesa Diretora da
Câmara dos Deputados
Praça dos Três Poderes, Edifício Principal, Térreo, Sala 27
70160-900 Brasília/DF

ric.primeirasecretaria@camara.leg.br

Assunto: Resposta ao Requerimento de Informação nº 433/2025.

Senhor Primeiro-Secretário,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, faço referência ao Ofício 1ª SEC/RI/E/nº 63, de 1º de abril de 2025, que veicula o Requerimento de Informação nº 433/2025, de autoria do Deputado Gustavo Gayer (PL/GO), que requer informações acerca dos gastos com viagens realizadas pelos servidores do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama.

Sobre o assunto, encaminho o Ofício nº 726/2025/GABIN, acompanhado da Planilha Geral de Diárias e Passagens do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP, elaborados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama, em resposta aos questionamentos apresentados.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)

MARINA SILVA

Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima

Anexos:

- I - Ofício nº 726/2025/GABIN (1962824); e
- II - Planilha Geral de Diárias e Passagens SCDP (1962826).



Documento assinado eletronicamente por **Marina Silva, Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima**, em 07/05/2025, às 15:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mma.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1966402** e o código CRC **99CA3C78**.



Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO IBAMA

OFÍCIO Nº 726/2025/GABIN

Brasília/DF, na data da assinatura digital.

À Senhora

JULIA VIDA BANDEIRA SANTOS

Coordenadora-Geral de Acompanhamento Legislativo
Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos
Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Esplanada dos Ministérios, Bloco B
CEP: 70068-901 - Brasília/DF

Assunto: Ofício nº 2526/2025/MMA.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 02000.003691/2025-95.

Senhora Coordenadora-Geral,

1. Ao cumprimentá-la cordialmente, faço referência ao OFÍCIO Nº 2526/2025/MMA, por meio do qual a Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos/MMA encaminha, para conhecimento e providências de alinhamento e levantamento de informações, o Requerimento de Informação nº 433/2025, de autoria do Deputado Gustavo Gayer (PL/GO), que "*Requer informações à Ministra de Meio Ambiente e Mudança do Clima, Sra. Marina Silva, acerca dos gastos exorbitantes com viagens realizadas pelos servidores do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)*".

2. Em atenção à solicitação, seguem respostas aos questionamentos realizados:

1- Qual a justificativa para o grande volume de deslocamentos realizados pelos servidores do Ibama, totalizando 10 mil viagens?

6- Como o ministério e o Ibama justificam o valor total gasto com essas viagens? Esse montante (R\$ 45,7 milhões) é compatível com a média de despesas do órgão?

11-Os deslocamentos realizados têm impacto direto no cumprimento das funções essenciais do Ibama, como fiscalização ambiental e combate a crimes ambientais?

O número de deslocamentos realizados pelos servidores do Ibama deve-se à diversidade e à abrangência das atividades desempenhadas pelo Instituto, que é o órgão federal responsável pela execução da política ambiental brasileira. Atuando em um país de dimensões continentais e com uma grande variedade de biomas e contextos socioambientais, o Ibama precisa estar presente em campo para garantir a efetividade de suas ações.

Esses deslocamentos são essenciais para viabilizar atividades como operações de fiscalização ambiental, ações de combate a incêndios florestais, vistorias técnicas relacionadas a processos de licenciamento ambiental, monitoramento de fauna e flora, atendimentos emergenciais a desastres ambientais, entre outras atribuições fundamentais para a proteção dos recursos naturais e para o cumprimento da legislação ambiental. A presença física dos servidores em diferentes regiões do país assegura a qualidade técnica e a legitimidade das ações do Instituto.

Adicionalmente, destaca-se que o Ibama atua como Autoridade Nacional Designada em cinco tratados internacionais ambientais dos quais o Brasil é signatário, sendo necessária a participação presencial em reuniões e conferências (como as COPs), o que justifica os deslocamentos internacionais. Tais missões têm impacto direto no cumprimento da missão institucional do Ibama.

2- Quais são as atividades específicas que demandaram esses deslocamentos em quantidade tão expressiva e com esse custo elevado? (Favor enviar detalhamento com o custo de cada viagem realizada por todos servidores, com sua devida justificativa).

As atividades que demandaram os deslocamentos realizados pelos servidores do Ibama estão diretamente vinculadas às competências institucionais do Instituto e se justificam por sua natureza essencial à implementação da política ambiental federal. Essas ações incluem fiscalização ambiental, combate a incêndios, vistorias em processos de licenciamento, atendimento a emergências, monitoramento ambiental e participação em fóruns nacionais e internacionais.

As viagens realizadas seguem rigorosos critérios de aprovação, com manifestação da cadeia hierárquica superior (chefia imediata, coordenação-geral e diretoria), sendo avaliadas com base na relevância técnica e institucional da missão. No caso de capacitações, estas devem estar previstas no Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) do órgão. Todos os deslocamentos são acompanhados de relatórios de viagem inseridos no SCDP, nos quais os servidores registram os resultados obtidos, os quais devem ser aprovados pela chefia. A justificativa detalhada e o relatório de cada viagem são inseridos no SCDP e passam por auditorias rotineiras por parte da Auditoria Interna e as auditorias extenas da Controladoria Geral da União e do Tribunal de Contas da União.

Para fins de transparência, a **Planilha Geral de Diárias e Passagens SCDP**, em anexo, apresenta a relação das viagens realizadas e seus respectivos custos. Ressalta-se que, devido ao prazo exíguo, não foi possível elaborar ou anexar o relatório exaustivo de cada viagem, todos eles.

3- Quais os critérios ou mecanismos de controle utilizado pelo Ibama para avaliar a real necessidade de cada viagem?

4- Como é feita a análise de custo-benefício desses deslocamentos, especialmente em um contexto de recursos públicos limitados?

7- Existe algum controle sobre o valor individual das viagens realizadas, especialmente em casos de deslocamentos internacionais ou de longo prazo?

As viagens realizadas seguem rigorosos critérios de aprovação, com manifestação da cadeia hierárquica superior (chefia imediata, coordenação-geral e diretoria), sendo avaliadas com base na relevância técnica e institucional da missão. No caso de capacitações, estas devem estar previstas no Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) do órgão. Todos os deslocamentos são acompanhados de relatórios de viagem inseridos no SCDP, nos quais os servidores registram os resultados obtidos, os quais devem ser aprovados pela chefia.

5- O IBAMA tem explorado alternativas, como o uso de tecnologias de comunicação à distância, para reduzir a necessidade de deslocamentos físicos dos servidores? Caso afirmativo, quais ações foram tomadas para implementar essas alternativas, e qual o impacto observado até o momento?

Sim, o Ibama tem explorado e adotado alternativas tecnológicas para reduzir a necessidade de deslocamentos físicos de seus servidores. A principal ferramenta utilizada é o *Microsoft Teams*, plataforma oficial disponível a todos os servidores do Instituto, que permite a realização de reuniões virtuais, oficinas técnicas, capacitações e coordenação de ações com outras instituições.

Além disso, o uso de tecnologias como o sensoriamento remoto tem desempenhado papel fundamental na estratégia de fiscalização ambiental, especialmente no controle do desmatamento. Com imagens de satélite e dados geoespaciais, o Ibama tem conseguido identificar com maior precisão as áreas críticas e priorizar as ações de campo, reduzindo a necessidade de deslocamentos frequentes e otimizando o uso dos recursos disponíveis.

Portanto, os deslocamentos físicos realizados atualmente ocorrem somente quando estritamente necessários e, em sua maioria, estão associados a atividades de campo imprescindíveis. Considerando as restrições orçamentárias, o Ibama segue comprometido com o aperfeiçoamento de suas práticas operacionais, buscando permanentemente a eficiência na aplicação dos recursos públicos.

8- Considerando as necessidades do IBAMA em termos de fiscalização e preservação ambiental, o Ministério considera que esses recursos foram bem alocados? Quais os benefícios para o Ibama foram efetivamente implantados no órgão? Não seria possível direcionar parte desses valores para outras áreas igualmente essenciais, como o aumento de equipes de fiscalização ou a compra de equipamentos mais eficientes?

Sim, o Ibama considera que os recursos alocados foram bem direcionados, atendendo às necessidades operacionais e estratégicas do Instituto no cumprimento de suas atribuições legais. Nos últimos dois anos, o país registrou uma redução significativa no desmatamento, conforme se pode verificar no painel do [Programa de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia \(PRODES\)](#), reflexo direto do fortalecimento das ações de fiscalização ambiental, monitoramento via sensoriamento remoto e presença efetiva em campo. Além disso, foram empreendidos esforços máximos para o controle de incêndios florestais em todo o território nacional, conforme dados divulgados no [Painel de Focos de Calor](#), com destaque para as ações integradas no Pantanal e na Amazônia, o que exigiu mobilização intensa de equipes, logística e deslocamentos para atuação em áreas críticas. Os recursos também viabilizaram outras atividades essenciais, como vistorias técnicas no âmbito do licenciamento ambiental, operações voltadas à preservação da fauna silvestre, atendimentos a desastres ambientais e ações educativas e preventivas junto às comunidades locais. A destinação de [créditos extraordinários](#) para estas atividades ocorreram justamente para aumentar o esforço institucional que a situação dos incêndios florestais exigiu em 2024.

Vale destacar que os deslocamentos e operações são parte indissociável dessas frentes de atuação e, portanto, representam investimentos diretos na missão do Instituto. Ainda assim, o Ibama tem buscado constantemente otimizar seus recursos, com uso intensivo de tecnologias como o sensoriamento remoto e reuniões virtuais, bem como iniciativas para modernização da fiscalização. O direcionamento de parte dos recursos para outras áreas como contratação de pessoal ou aquisição de equipamentos é, sem dúvida, uma necessidade reconhecida — e está no horizonte da gestão — mas não substitui a importância dos investimentos realizados nas atividades de campo, que são fundamentais para garantir resultados concretos na proteção ambiental.

9- Quais medidas foram ou serão adotadas para garantir maior transparência sobre esses gastos? O Ministério tem acompanhado e fiscalizado esses valores de forma a assegurar que os recursos públicos estão sendo usados de maneira eficaz, evitando desperdícios?

As informações relativas às despesas com diárias e passagens são disponibilizadas no Portal da Transparência do Governo Federal, em conformidade com a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), assegurando o livre acesso da sociedade aos dados de interesse público.

10- Existe algum plano de ação do Ministério ou do Ibama para revisar e reduzir os gastos com viagens, assegurando que os recursos sejam utilizados de maneira mais estratégica e com maior eficiência? Quais medidas concretas estão sendo implementadas para otimizar esse tipo de despesa?

Sim, o Ibama adota uma gestão criteriosa dos recursos destinados a deslocamentos, partindo do princípio de que todas as viagens já são realizadas com base em uma análise rigorosa de necessidade e eficiência. Diante do cenário de restrições orçamentárias, o Instituto atua permanentemente com foco na otimização dos gastos, priorizando deslocamentos que sejam estritamente necessários para o cumprimento das atribuições institucionais.

É importante destacar que determinadas atividades, como operações de fiscalização, combate a incêndios, vistorias em processos de licenciamento e resposta a emergências ambientais, exigem necessariamente a presença em campo e não podem ser substituídas por soluções remotas. Assim, o Ibama considera que seus deslocamentos já refletem uma alocação estratégica dos recursos disponíveis, assegurando a eficiência sem comprometer a efetividade de sua missão institucional.

Nesse contexto, o Ibama também vem atuando por meio de operações de fiscalização remotas inovadoras, cuja execução se dá a partir da utilização de geotecnologias como imagens de satélite, bancos de dados espaciais e outras geoinformações, para identificar e monitorar o cometimento de delitos ambientais. Essa modalidade de fiscalização ambiental reduz custos operacionais e aumenta a produtividade, porém enfrenta limitações em razão das características dos ilícitos e das informações disponíveis para a sua execução.

12- Existe algum planejamento para garantir que esses gastos não comprometam a efetividade das ações de preservação ambiental no Brasil? Como foi realizado esse planejamento levando em consideração o mapa estratégico do órgão?

Sim, há um planejamento contínuo e estruturado para garantir que os gastos realizados pelo Ibama não comprometam, mas sim reforcem a efetividade das ações de preservação ambiental no Brasil. Esse planejamento é orientado pelo Mapa Estratégico do Instituto, que define objetivos, metas e indicadores alinhados à missão institucional de proteger o meio ambiente e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais.

Cada Diretoria do Ibama atua com base em instrumentos próprios de planejamento, que orientam tanto a alocação de recursos financeiros, quanto a mobilização de equipes. Exemplos desses planos incluem:

- a) [PLANABIO](#), da Diretoria de Biodiversidade e Florestas, que define as ações prioritárias para conservação da fauna, flora e ecossistemas;
- b) [PNAPA](#), da Diretoria de Proteção Ambiental, voltado para a prevenção e o combate ao desmatamento ilegal e incêndios florestais;
- c) [PLANAAQUALI](#), da Diretoria de Qualidade Ambiental, que trata do controle e monitoramento da poluição e resíduos;
- d) [PLANLAF](#), da Diretoria de Licenciamento Ambiental Federal, que estrutura as ações voltadas à análise técnica e à vistoria de empreendimentos licenciados.

Esses planos são integrados ao planejamento institucional e orientam a execução das atividades e o uso dos recursos, assegurando que os gastos — inclusive os relacionados a deslocamentos — estejam plenamente alinhados às prioridades estratégicas do órgão. Dessa forma, o Ibama atua para garantir a eficiência administrativa sem abrir mão da efetividade ambiental, em um cenário de recursos limitados.

É importante destacar que a proteção ambiental no Brasil é uma responsabilidade compartilhada entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, com o objetivo de proteger o meio ambiente, combater a poluição e preservar a fauna e flora. A Lei Complementar nº 140/2011 estabelece as competências para o licenciamento e a fiscalização ambiental, sendo que os municípios são responsáveis pelo licenciamento e fiscalização de atividades e empreendimentos de impacto local, e os estados pelo licenciamento das demais atividades, exceto as de competência da União. Porém, em muitos casos, se torna necessário acionar a competência supletiva, pois na ausência da atuação do órgão ambiental municipal ou estadual, o Ibama é acionado para garantir a devida proteção ambiental, o que onera o orçamento do instituto.

3. Sendo o que tínhamos a expor, coloco o Ibama à disposição para esclarecimentos adicionais.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)

RODRIGO AGOSTINHO

Presidente do Ibama

Anexos:

- Ofício nº 2526/2025/MMA (22976540)
- Planilha Geral de Diárias e Passagens SCDP (23073955)



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA**, **Presidente**, em 30/04/2025, às 17:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ibama.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **23131478** e o código CRC **BB2E7BA9**.